

# Amazônia Brasileira

## 1. Lideranças indígenas denunciam construção de represas na Bacia Amazônica

“Lideranças indígenas denunciaram, em Londres, os efeitos negativos da possível construção de três represas na Bacia Amazonas: as hidrelétricas do Rio Madeira e Belo Monte, no Brasil, e a hidrelétrica de Paquitzapango, no Peru. As três represas, segundo as lideranças, irão prejudicar as comunidades indígenas na região, além de causar um desequilíbrio ambiental nos ecossistemas locais. Segundo Yakarepi, representante de uma tribo do Pará, ‘não existem garantias que assegurem a proteção dos direitos humanos das tribos’.”

*(Postado em: 02/03/2011 no Portal EcoDesenvolvimento.org pela Redação do sítio eletrônico (adaptado). Disponível em: [HTTP://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/fevereiro/líderes-indígenas-denunciam-construção-de-represas](http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/fevereiro/líderes-indígenas-denunciam-construção-de-represas). Acessado em: 05/07/2011.)*

Belo Monte e a questão do desenvolvimento hidrelétrico sustentável

A Usina Hidrelétrica Belo Monte, com obras no rio Xingu, Pará, é vista por alguns setores técnicos como um exemplo contundente da possibilidade de se obter energia farta proveniente de hidrelétricas e, ao mesmo tempo, oferecer garantias aos direitos das populações tradicionais e respeito ao meio ambiente. Segundo Marcelo Corrêa, diretor-presidente da Neoenergia S.A., “não se pode desprezar o potencial hidráulico do Brasil, com cerca de 260 mil MW, dos quais 40,5% estão localizados na nova fronteira hidroenergética brasileira, a Bacia Hidrográfica do Amazonas”.

*Homepage da Norte Energia S.A., responsável pela construção de Belo Monte (adaptado). Disponível em: [HTTP://pt.norteenergia.com.br/2011/07/15/belo-monte-desenvolvimento-hidrelétrico-sustentável/](http://pt.norteenergia.com.br/2011/07/15/belo-monte-desenvolvimento-hidrelétrico-sustentável/). Acessado em : 05/07/2011.*

O governo brasileiro planeja construir cerca de 60 represas na região amazônica, mas o tema provoca opiniões diferentes em setores da sociedade. Uma explicação fundamental para as diferenças de opinião apontadas encontra-se em

- a) capacidade tecnológica e financeira desigual dos atores sociais.
- b) interesses divergentes relativos ao modo de ocupar o espaço regional.
- c) contradição persistente entre populações tradicionais e ecologistas.
- d) pressão crescente de outros países para o uso de recursos naturais.
- e) disparidade cultural intensa entre as sociedades indígena e branca.

2. “Desde o início da colonização, a Amazônia brasileira tem sido alvo de ação sistemática de extração de riquezas, que se configurou em diferentes modos de produção e de organização social e política [...]. Se a Amazônia dos rios foi o padrão que marcou mais de quatro séculos de ocupação europeia, a coisa começa a mudar de figura nas três últimas décadas do século XX.”

*(SAYAGO, D.; TOURRAND, J. F.; BURSZTYN, M. (Org.).  
Amazônia: cenas e cenários. Brasília: UnB, 2004.)*

Entre as transformações ocorridas na Amazônia brasileira, nas três últimas décadas, destaca-se

- a) a estatização das empresas privadas como garantia do monopólio da exploração dos recursos minerais pelo poder público.

- b) o interesse geopolítico de controle da fronteira, o que representou maior integração da região com o restante do país, por meio da presença militar.
- c) a reorganização do espaço agrário em minifúndios, valorizando-se o desenvolvimento da agricultura familiar e o desenvolvimento das cidades.
- d) a modernização tecnológica do modo de produção agrícola para o aumento da produção da borracha e escoamento da produção pelas estradas.
- e) a implantação de zona franca nas fronteiras internacionais, a exemplo da Guiana Francesa e Venezuela.

3. “Calcula-se que 78% do desmatamento na Amazônia tenha sido motivado pela pecuária — cerca de 35% do rebanho nacional está na região — e que pelo menos 50 milhões de hectares de pastos são pouco produtivos.

Enquanto o custo médio para aumentar a produtividade de 1 hectare de pastagem é de 2 mil reais, o custo para derrubar igual área de floresta é estimado em 800 reais, o que estimula novos desmatamentos. Adicionalmente, madeireiras retiram as árvores de valor comercial que foram abatidas para a criação de pastagens. Os pecuaristas sabem que problemas ambientais como esses podem provocar restrições à pecuária nessas áreas, a exemplo do que ocorreu em 2006 com o plantio da soja, o qual, posteriormente, foi proibido em áreas de floresta.”

*Época, 3/3/2008 e 9/6/2008 (com adaptações).*

A partir da situação-problema descrita, conclui-se que

- a) o desmatamento na Amazônia decorre principalmente da exploração ilegal de árvores de valor comercial.
- b) um dos problemas que os pecuaristas vêm enfrentando na Amazônia é a proibição do plantio de soja.
- c) a mobilização de máquinas e de força humana torna o desmatamento mais caro que o aumento da produtividade de pastagens.
- d) o superavit comercial decorrente da exportação de carne produzida na Amazônia compensa a possível degradação ambiental.
- e) a recuperação de áreas desmatadas e o aumento de produtividade das pastagens podem contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia.

4. Os estados amazônicos perseguem estratégias diversas para consolidar o povoamento e alcançar o desenvolvimento sustentável. Todos têm o ecoturismo como atividade básica, mas suas outras estratégias variam consideravelmente em função de seus contextos históricos, culturais e políticos, da sua localização geográfica e dos níveis em que foram afetados pelo recente processo de ocupação.

*(BECKER, B. K. Por que não perderemos a soberania sobre a Amazônia? In: ALBUQUERQUE, E. S. (org.). Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005, p.275.)*

Com base no texto e nos conhecimentos de geografia, assinale a alternativa correta.

- a) A fronteira agropecuária avança pelo cerrado do Centro-Oeste e atinge a porção da Amazônia Legal, no norte do Mato Grosso e oeste do Maranhão, tornando a pecuária extensiva um vetor de desenvolvimento na porção oriental do Pará.

- b) As políticas de colonização executadas ao longo da rodovia Transamazônica produziram, no estado do Amazonas, um padrão de desenvolvimento apoiado na agricultura intensiva.
- c) Os avanços recentes da biotecnologia permitiram implantar em Rondônia um modelo econômico baseado na contiguidade das florestas tropicais.
- d) O insucesso da Zona Franca de Manaus demonstrou a vocação extrativista da bacia amazônica, redirecionando as políticas de incentivos para este último setor.
- e) A fronteira da pecuária extensiva vem se expandindo no estado do Mato Grosso porque o seu território não está incluído na legislação que delimita a Amazônia Legal.

### 5. Leia a notícia.

Um grupo de indígenas que protestava contra a mudança no processo de demarcação de terras cercou nesta quinta-feira [18.04.2013] o Palácio do Planalto. De acordo com um dos representantes do movimento, Neguinho Tuká, a população indígena não foi ouvida durante o processo de elaboração da PEC 215 e teme perder suas terras com as mudanças. “Índio sem terra não tem vida”, declarou o coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Marcos Apurinã.

“Não aceitamos e não vamos aceitar mais esse genocídio.” O grupo é o mesmo que, na última terça-feira, 16, invadiu o plenário da Câmara dos Deputados em protesto contra a PEC 215, que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.

(<http://ultimosegundo.ig.com.br>. Adaptado.)

São processos que vem contribuindo para o acirramento da tensão social envolvendo a população indígena no campo brasileiro:

- a) o avanço das atividades agrícolas, mineradoras e pecuárias de grande porte; a instalação de usinas hidrelétricas em terras indígenas; e a permanência da concentração de terras no país.
- b) a expansão da reforma agrária; o aumento do desemprego no campo; e a ausência de políticas de assistência social destinada a população indígena.
- c) o avanço das atividades agrícolas, mineradoras e pecuárias de grande porte; a expansão da reforma agrária; e a reivindicação da população indígena de direitos não previstos na Constituição Federal.
- d) a expansão da reforma agrária e da agricultura familiar; a instalação de usinas hidrelétricas em terras indígenas; e a permanência da concentração de terras no país.
- e) a expansão da agricultura familiar no país; o aumento do desemprego no campo; e a ausência de políticas de assistência social destinada a população indígena.

---

## Gabarito

1. B
2. B
3. E
4. A
5. A